



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais
Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena

TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL POTYRÔ

PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

Durante reunião em Fortaleza – CE, no Condomínio Espiritual Uirapuru – CEU, no dia **22 de maio de 2014**, o Ministério da Educação, a Fundação Nacional do Índio, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, Secretaria Municipal de Educação de Caucaia, Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú, o Ministério Público Federal, Instituto Federal do Ceará, representantes dos povos indígenas Anacé, Jenipapo Kanindé, Kanindé, Pitaguary, Potyguara, Tabajara do Ceará, Tabajara do Piauí, Tapeba, Tapuia Kariri, Tremembé, Tupiba Tapuia – professores, lideranças políticas e tradicionais, a Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE, Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE, Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri – Piauí, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do Ceará – COPICE discutiram e pactuaram este **Plano de Ação** para o desenvolvimento e institucionalização da Educação Escolar Indígena no **Território Etnoeducacional Potyrô**, de forma a respeitar a territorialidade dos povos indígenas em questão, garantir suas participações e consultas em todas as etapas de sua implementação e operacionalizar o regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino, com a finalidade de responder às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais das comunidades.

As ações pactuadas serão constantemente acompanhadas e avaliadas pela Comissão Gestora do Território, obedecendo às normas estabelecidas pelo Decreto nº 6.861/2009 e em conformidade com o Regimento Interno a ser elaborado, e tem a seguinte composição:

Membros permanentes:

- 1) 01 Representante do Ministério da Educação (titular e suplente);
- 2) 01 Representante da Fundação Nacional do Índio (titular e suplente);
- 3) 01 Representante da Secretaria de Educação do Ceará (titular e suplente);
- 4) 01 Representante do Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE/CE (titular e suplente);
- 5) 01 Representante da Secretaria de Educação e Cultura do Piauí (titular e suplente);
- 6) 01 Representante do Conselho Estadual de Educação do Piauí – CEE/PI (titular e suplente);

- 7) 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação do Município Maracanaú (titular e suplente);
- 8) 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação do Município Caucaia (titular e suplente);
- 9) 01 Representante da Universidade Federal do Ceará – UFC (titular e suplente);
- 10) 01 Representante da Universidade Estadual do Ceará – UECE (titular e suplente);
- 11) 01 Representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (titular e suplente);
- 12) 01 Representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI (titular e suplente);
- 13) 01 Representante do povo indígena Anacé (titular e suplente);
- 14) 01 Representante do povo indígena Gavião (titular e suplente);
- 15) 01 Representante do povo indígena Jenipapo Kanindé (titular e suplente);
- 16) 01 Representante do povo indígena Kalabaça (titular e suplente);
- 17) 01 Representante do povo indígena Kanindé (titular e suplente);
- 18) 01 Representante do povo indígena Kariri (titular e suplente);
- 19) 01 Representante do povo indígena Pitaguary (titular e suplente);
- 20) 01 Representante do povo indígena Potyguara (titular e suplente);
- 21) 01 Representante do povo indígena Tabajara do Ceará (titular e suplente);
- 22) 01 Representante do povo indígena Tabajara do Piauí (titular e suplente);
- 23) 01 Representante do povo indígena Tapeba (titular e suplente);
- 24) 01 Representante do povo indígena Tapuia Kariri (titular e suplente);
- 25) 01 Representante do povo indígena Tremembé (titular e suplente);
- 26) 01 Representante do povo indígena Tubiba Tapuia (titular e suplente);
- 27) 01 Representante do povo indígena Tupinambá (titular e suplente);
- 28) 01 Representante da Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE (titular e suplente);
- 29) 01 Representante da Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do Ceará – COPICE (titular e suplente);
- 30) 01 Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME (titular e suplente);
- 31) 01 Representante da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE (titular e suplente);
- 32) 01 Representante da Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri – Piauí (titular e suplente).

Membros convidados:

- 1) 01 Representante do Ministério Público Federal no Ceará (titular e suplente);

- 2) 01 Representante do Ministério Público Federal no Piauí (titular e suplente);
- 3) 01 Representante da Universidade Federal do Piauí – UFPI (titular e suplente);
- 4) 01 Representante da UNILAB (titular e suplente);
- 5) 01 Representante da Universidade Estadual do Piauí – UESPI (titular e suplente);
- 6) 01 Representante da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Ceará (titular e suplente);
- 7) 01 Representante do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH (titular e suplente);
- 8) 01 Representante da Associação Missão Tremembé – AMIT (titular e suplente);
- 9) 01 Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Educação Superior do Ceará – SECITECE.

Ficam assim definidas as demandas identificadas a curto, médio e longo prazo do Território Etnoeducacional Potyrõ, propostas a partir do diagnóstico da situação da educação escolar indígena na região:

1. Promoção de um amplo processo de sensibilização e mobilização sobre a Educação Escolar Indígena no Piauí, visando à sua institucionalização no Estado.

1.1 Criar e credenciar a categoria escola indígena na rede pública de ensino do Piauí.

Meta: Desenvolvimento de estudos para a organização da rede escolar indígena do estado do Piauí, até o final do primeiro semestre de 2015.

Estratégia: Realizar um seminário com representantes indígenas, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, das Secretarias Municipais de Educação, de órgãos, instituições e entidades afins.

Responsáveis: SEDUC/PI e FUNAI/PI.

2. Valorização e garantia do magistério indígena específico e diferenciado no Ceará.

2.1 Criar e reconhecer a categoria professor indígena.

Meta: Apresentação de proposição de minuta de projeto de lei para criação de cargo e/ou categoria de professor indígena, até final de 2014.

Estratégia: Formar Grupo de Trabalho para discussão da categoria professor indígena, envolvendo representantes indígenas, instituições, entidades e ONGs que atuam na área ou afins.

Responsáveis: Poderes executivos estaduais e municipais que ofertam Educação Escolar Indígena, assembleias legislativas e câmaras municipais.

2.2 Implantar a carreira do professor indígena.

Meta: Apresentação de proposição de minuta de projeto de lei para criação da carreira do professor indígena, até final de 2016.

Estratégias:

- Realizar reuniões/seminários para discussão e encaminhamentos sobre a carreira do professor indígena.

- Realizar a audiência do movimento indígena com o Governador do Estado para discussões e definições políticas sobre a carreira e concurso público para professor indígena.

Responsáveis: Poderes executivos estaduais e municipais que ofertam Educação Escolar Indígena, assembleias legislativas e câmaras municipais; MEC/SECADI (apoio financeiro via PAR – subação 2.3.4.5); FUNAI.

2.3 Promover concurso público específico e diferenciado para professores indígenas.

Meta: Realização do primeiro concurso público e diferenciado para professores indígenas, até 2016.

Estratégias: Formar Grupo de Trabalho para organização e realização do concurso público para professor indígena, envolvendo representantes indígenas, instituições, entidades e ONG que atuam na área ou afins.

Responsáveis: Poderes executivos estaduais e municipais que ofertam Educação Escolar Indígena, assembleias legislativas e câmaras municipais.

3. Assegurar a formação inicial e continuada de professores, gestores e pessoal de apoio das escolas indígenas.

3.1 Promover curso de habilitação de professores indígenas do Ceará em nível médio, na modalidade normal, para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental.

Meta: Habilitação de 75 professores indígenas, até o 1º semestre de 2014.

Estratégia: Ofertar curso de nível médio, na modalidade normal, modular presencial, em serviço e a distância, com matriz curricular adequada às especificidades da educação escolar indígena.

Responsáveis: SEDUC/CE; MEC/SECADI; FUNAI.

3.2 Manutenção e ampliação da oferta dos cursos de Licenciatura Intercultural para professores indígenas.

Meta 1: Manutenção da oferta dos dois cursos existentes, atendendo a 202 alunos, até 2016;

Estratégia: Realizar curso específico, presencial, realizado pelas Universidades Federal e Estadual do Ceará.

Responsáveis: UFC; UECE; MEC/SESu/SECADI; FUNAI.

Meta 2: Garantia de investimentos para consolidação dos cursos de Licenciatura Intercultural nas instituições formadoras ofertantes, até 2016.

Estratégia: Realizar reunião técnica com representantes das IES e MEC/SESu/SECADI.

Responsáveis: IES e MEC.

Meta 3: Pactuação de convênio próprio entre MEC/FNDE e UECE com o objetivo de garantir o pleno funcionamento do curso de licenciatura intercultural no âmbito desta Universidade com previsão de recursos financeiros adequados ao atendimento do curso.

Estratégias: Realizar reunião técnica com representantes da UECE e MEC/SESu/SECADI para identificar as necessidades.

Responsáveis: MEC/SESu/SECADI; UECE.

3.3 Criação e implantação de programa de formação continuada e em serviço para professores que atuam nas escolas indígenas, voltado para a qualificação da prática docente e para as demandas específicas dos projetos pedagógicos de suas escolas.

Meta: Implantação do programa de formação continuada e em serviço para professores indígenas, a partir de 2014.

Estratégias:

- Mapear demandas formativas com a participação dos gestores e professores indígenas e com base nos resultados das avaliações externas.

- Implementar Cursos, Encontros, Oficinas e outros, no formato presencial e a distância, aproveitando preferencialmente a carga horária das horas atividades do professor indígena e priorizando as necessidades apresentadas em sua prática docente cotidiana.

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME. Apoio financeiro: MEC/SECADI (via PAR).

3.4 Oferta de cursos para professores indígenas que atuam na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e em classes multisseriadas.

Meta: 100% dos professores indígenas que atuam nas etapas iniciais da educação básica e em classes multisseriadas participando de processos formativos, até 2015.

Estratégia: Implementar Cursos de formação continuada e em serviço, com 120h no mínimo, no formato presencial e a distância, com foco no letramento e numeramento, e na pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial e respeito às lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.

Responsáveis: SEDUC/CE; SME; MEC/SECADI; IES.

3.5 Oferta de cursos para professores indígenas que atuam nos anos finais do ensino fundamental, no nível médio e nas modalidades educação especial e educação de jovens e adultos.

Meta: 100% dos professores indígenas que atuam nas etapas finais da educação básica e nas modalidades educação especial e educação de jovens e adultos, participando de processos formativos, até 2015.

Estratégias: Implementar de cursos de formação continuada e em serviço, a partir de 40h, no mínimo, no formato presencial e a distância, com foco nas áreas do conhecimento, no atendimento educacional especializado e na pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial e respeito às lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.

Responsáveis: SEDUC/CE; SME; MEC/SECADI; FUNAI; IES.

3.6 Ofertar de cursos específicos e reservas de vagas em cursos já existentes de especialização, mestrado e doutorado, voltados para formação de professores, gestores e outros profissionais indígenas.

Meta: Oferta de cursos de especialização, até 2015; de mestrado, até 2015; e de doutorado, até 2018.

Estratégias: Articular com as IES: UFC, IFCE, UECE e SEDUC para a proposição dos cursos de pós-graduação com a participação das organizações e comunidades indígenas.

Responsáveis: MEC/SESu/SECADI; CAPES; IFCE; UFC; UECE; FUNAI.

4. Garantia de condições de infraestrutura física adequada e específica ao funcionamento da rede de escolas indígenas.

4.1 Construir, ampliar e reformar unidades escolares indígenas, localizadas no TEE Potyrõ, conforme demanda identificada.

Meta: Garantia de atendimento das demandas identificadas sejam atendidas, até o final de 2017.

Estratégias:

- Realizar planejamento da rede escolar indígena que contemple a identificação da demanda por construção de novas escolas indígenas estaduais e municipais, bem como as necessidades de reforma e ampliação, no 1º semestre de 2015;

- Discutir, no âmbito da instância colegiada interinstitucional de Educação Escolar Indígena ou em outros fóruns afins, o modelo arquitetônico adequado à realidade da educação escolar indígena do Ceará e Piauí.

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; MEC/SECADI/FNDE.

4.2 Construir ginásios poliesportivos e salas para laboratórios em escolas indígenas, localizadas no Território Potyrô.

Meta: Apresentação ao PAR/FNDE, para financiamento, das novas demandas prioritárias por construção de ginásios poliesportivos e salas para laboratórios em escolas indígenas, até o final de 2015.

Estratégia: Realizar estudos de demandas na rede de escolas indígenas, definindo critérios de atendimento e adequação às especificidades dessas unidades.

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; MEC/SECADI/FNDE, FUNAI.

5. Garantia de condições de acesso e permanência aos estudantes da educação escolar indígena.

5.1 Garantir o acesso ao transporte escolar adequado às condições geográficas em que vivem os estudantes, professores e equipe pedagógica das escolas indígenas (Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE e outras formas de financiamento).

Meta 1: Apresentação de estudo de viabilidade de convênio da SEDUC/CE com organizações indígenas, até o 2º semestre de 2014, para realização do transporte escolar de indígenas com recursos do PNATE.

Meta 2: Apresentação de estudo de alternativas que viabilizem o transporte de professores e equipes pedagógicas das escolas indígenas.

Estratégia: Discutir no âmbito da Comissão Gestora sobre formatos mais adequados de convênio entre a SEDUC/CE e as organizações indígenas para realização do transporte escolar de estudantes, professores e equipes pedagógicas das escolas indígenas com qualidade e a garantia do controle social.

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; MEC/SECADI; UNDIME e SME.

5.2 Implementar política de regionalização da alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares locais e privilegiando a agricultura familiar indígena.

Meta: Apresentação da proposta de política de regionalização da alimentação escolar, até o 2º semestre de 2015.

Estratégia:

Realizar discussão dentro da Comissão Gestora do TEE.

Realizar Seminário específico sobre alimentação escolar indígena no TEE Potyrõ

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; MEC/SECADI/FNDE.

5.3 Assegurar às escolas indígenas a gestão dos recursos da alimentação escolar, oriundos do PNAE, respeitando seus hábitos alimentares e particularidades regionais, garantido a formação de gestores indígenas, por meio da criação de unidades executoras e credores próprios.

Meta: 100% das escolas indígenas com unidades executoras constituídas e 18 credores implantados, até 2015.

Estratégia:

- Dar orientações técnico-administrativa e legal para criação das UEx e credores nas escolas indígenas;
- Mapear as demandas;
- Elaborar oficina de formação para os gestores indígenas.

Responsáveis: MEC/FNDE, SEDUC/CE; SEDUC/PI: SME; Escolas Indígenas.

6. Qualificação da oferta de ensino nas escolas indígenas.

6.1 Implantar um programa de produção de material didático e paradidático específico para atendimento às escolas indígenas e em cumprimento à Lei nº 11.645/08.

Meta: Apresentação da proposta do programa do livro didático e paradidático indígenas, até 2014.

Estratégia: Constituir Grupo de Trabalho, objetivando a formulação da proposta do programa de material didático específico para as escolas e em atendimento a Lei nº 11.645/08, considerando as produções realizadas nos cursos de formação de professores indígenas.

Responsável: MEC/FNDE, SEDUC/CE; SEDUC/PI: SME; Escolas Indígenas.

6.2 Promover debates sobre a situação sociolinguística dos povos indígenas do TEE Potyrõ, visando apoiar estudos e pesquisas, bem como a publicação de materiais de ensino de língua indígena como segunda língua.

Meta: Garantia aos estudantes das escolas indígenas do acesso de pelos menos 02 livros didáticos e paradidáticos específicos a partir de 2016.

Estratégias:

- Publicar editais para a elaboração de livros didáticos, com foco no letramento e numeramento, e paradidáticos, com destaque para a cultura e identidade indígena.
- Realizar seminários e oficinas sobre línguas indígenas e para produção de material didático.

Responsáveis: MEC/SECADI; SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; IES.

6.3 Revisar e elaborar os projetos político-pedagógicos com o apoio técnico das secretarias de educação dos estados e municípios.

Meta: 100% das escolas indígenas com seus projetos político-pedagógicos revisados e/ou elaborados, até 2015.

Estratégias:

- Definir cronograma de atividades contemplando, entre outras, mapeamento dos estágios de elaboração/implementação dos PPPs;
- Realizar oficinas para orientação da revisão e/ou elaboração dos projetos, de acordo com cada realidade identificada.

Responsáveis: SEDUC/CE, SEDUC/PI e SME; MEC/SECADI; IES; Conselhos Estaduais e Municipais de Educação; Escolas e comunidades educativas.

6.4 Apoiar a elaboração e implementação de uma proposta curricular que trate da questão ambiental, da medicina tradicional, das histórias e mitos de cada etnia, das artes tradicionais, da agroecologia e de outros conteúdos e temas considerados pertinentes pelos povos indígenas para sua educação.

Meta: Apresentação de proposta de matriz curricular que atenda às especificidades da educação escolar indígena, até 2015.

Estratégias:

- Levantar as propostas curriculares que vem sendo implementadas nas escolas indígenas, em todas as etapas da educação básica;
- Realizar seminários, oficinas e cursos que permitam orientar a revisão das matrizes curriculares para sua adequação às necessidades culturais e étnicas dos povos indígenas e ao fortalecimento e qualidade de sua escolarização.
- Incluir as disciplinas específicas das escolas indígenas nos sistemas das Secretarias de Educação.

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; MEC/SECADI; UFC.

7. Organização da oferta da educação básica, com qualidade e equidade para os povos indígenas do Ceará e Piauí;

7.1 Criar e implementar um programa voltado para educação infantil indígena.

Meta: Melhoria e expansão do atendimento em creches em articulação com as redes municipais de educação e ampliação do atendimento da pré-escola em, no mínimo 50%, até 2016.

Estratégia: Criar Grupo de Trabalho para diagnosticar a situação atual de atendimento dessa faixa e as necessidades de qualificação e expansão da oferta da educação infantil.

Responsáveis: MEC/SECADI; IES; SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; FUNAI.

7.2 Universalizar o ensino fundamental, melhorando os indicadores de resultado desse nível de ensino.

Meta: 100% da faixa etária de 06 a 14 anos das populações indígenas do Ceará e Piauí atendidos.

Estratégias:

- Levantar, por aldeia, a população escolarizável na faixa etária de atendimento do ensino fundamental para inclusão na escola indígena mais próxima.
- Identificar as principais dificuldades enfrentadas na oferta desse nível de ensino nas escolas indígenas para elaboração de ações que visem o atendimento das demandas dos povos indígenas.

Responsáveis: SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME.

7.3 Atender as demandas por ensino médio nas escolas indígenas, com a participação das comunidades indígenas e em articulação com a rede estadual.

Meta: Implementação, até 2016, de projeto de oferta e expansão de ensino médio nas comunidades indígenas.

Estratégia: Realizar estudos para identificação da demanda existente e potencial por ensino médio e as condições físicas, materiais e pedagógicas da rede para a expansão dessa oferta.

Responsáveis: SEDUC/CE; MEC/SECADI.

7.4 Manter e qualificar a oferta de ensino médio existente.

Meta: Realização de diagnóstico da oferta do ensino médio nas escolas indígenas do Ceará, até 1º semestre de 2015.

Estratégia: Apresentar um plano de melhoria das condições de infraestruturas e pedagógicas da oferta do ensino médio.

Responsáveis: SEDUC/CE; MEC/SECADI.

7.5 Ofertar cursos técnicos e profissionais, articulados à educação básica, por meio de programas federais dessa área, de forma a elevar a escolaridade dos jovens e adultos indígenas.

Meta: Mobilização e incentivo do acesso de jovens e adultos indígenas, em articulação com suas comunidades, aos cursos técnicos de educação profissional, ofertados pelas redes estadual e federal ou em articulação com instituições parceiras, a partir de 2014.

Estratégia: Realizar levantamento de demandas junto às comunidades indígenas, para planejar o atendimento dos jovens e adultos interessados em cursos técnicos ofertados pelas redes estadual e federal.

Responsáveis: SEDUC/CE; MEC/SETEC/SECADI; IFCE, IFPI.

7.6 Qualificar a oferta da modalidade educação de jovens e adultos nas escolas indígenas.

Metas:

- 100% dos professores que atuam na modalidade capacitados para a atuação nos diferentes segmentos da EJA, até 2016.
- 100% das turmas da EJA presencial com material didático adequado para a oferta da modalidade, até 2016.

Estratégias:

- Realizar diagnóstico das condições de oferta da educação de jovens e adultos nas escolas indígenas;
- Formar professores e coordenadores escolares indígenas em educação de jovens e adultos, com base nas principais dificuldades diagnosticadas no funcionamento dessas turmas.

Responsáveis: SEDUC/CE; MEC/SECADI.

7.7 Assegurar a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, viabilizando o atendimento educacional especializado nas escolas indígenas, quando necessário.

Metas:

- Elevação em até 100% a inclusão de indígenas com deficiência nas escolas regulares de sua rede;
- Garantia do Atendimento Educacional Especializado a todos os alunos com deficiência, até 2016;

Estratégias:

- Mapear as pessoas com deficiência, por especialidade, nas comunidades indígenas, estimulando e assegurando sua inclusão na rede de ensino regular, quando for o caso;
- Realizar estudos para viabilidade da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que garantam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas comunidades indígenas;
- Formar professores indígenas em Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Responsáveis: SEDUC/CE; MEC/SECADI.

8. Promoção da Educação Superior no TEE Potyrõ

8.1 Ofertar cursos de graduação em áreas diversas que contemplem as necessidades socioculturais das comunidades indígenas.

Meta: Apresentação de mapa de ofertas, até 1º. semestre de 2015.

Estratégia: Levantar demandas por formação de nível superior nas comunidades indígenas.

Responsáveis: MEC/SESU/SETEC/SECADI; UFC; IFCE; Secretaria de Ciência e Tecnologia e Educação Superior do Ceará – SECITECE; UNILAB; UECE; FUNAI.

8.2 Acompanhar a implementação do disposto na Lei nº 12.711/2012 (regulamentado pelo Decreto nº 7.824/2012) que prevê a reserva de vagas nas IES de 50% para estudantes egressos das escolas públicas, observando o recorte étnico e racial, a fim de garantir o acesso e permanência dos estudantes indígenas ao ensino superior.

Meta: Constituição até 2014 de uma comissão com representantes das comunidades, povos e organizações indígenas para articular junto às gestões superiores das IES a implementação da política de cotas para os povos indígenas do TEE Potyrõ.

Estratégias:

- Articular politicamente o movimento indígena (organização de professores indígenas do Ceará e outras associações comunitárias indígenas) com as IES.
- Promover seminário com as IES para discussão da oferta de cursos de graduação e pós-graduação para indígenas em 2015.

Responsáveis: UFC; UFPI; UECE; UESPI; IFCE; IFPI; UNILAB; MEC/SESU; FUNAI.

9. Garantia de melhorias na gestão do sistema de ensino e no funcionamento das escolas indígenas

9.1 Definir novos parâmetros para a manutenção das escolas indígenas que não se referenciem no modelo existente de custo aluno.

Meta: Apresentação de proposta de novos parâmetros de manutenção das escolas indígenas, até 2014.

Estratégias:

- Realizar levantamentos dos custos atuais e estudos sobre custos de manutenção com as escolas indígenas;
- Incluir na pauta a discussão sobre o assunto nas reuniões da instância colegiada interinstitucional de Educação Escolar Indígena;

Responsáveis: Instância colegiada interinstitucional de Educação Escolar Indígena; SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; MEC/FNDE; FUNAI.

9.2 Propor modelos de gestão escolar, construídos com a participação efetiva das comunidades indígenas, contemplando as especificidades das escolas indígenas, independentemente do quantitativo de alunos.

Meta: Apresentação de modelos de gestão escolar, até 2015.

Estratégia: Realizar estudos para reavaliação da tipificação atual das escolas indígenas e composição de seus núcleos gestores, objetivando a proposição das alterações requeridas.

Responsáveis: Instância colegiada interinstitucional de Educação Escolar Indígena; SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME.

9.3 Criar Conselhos Estadual e Municipais de Educação Escolar Indígena no estado do Ceará com as funções normativa, consultiva, de controle social e de assessoramento aos Conselhos e Secretarias de Educação.

Metas:

- Implantação dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação Escolar Indígena no estado do Ceará, até 2016.
- Instituição de instância colegiada interinstitucional de Educação Escolar Indígena, até 2014.

Estratégia:

- Mobilizar e sensibilizar as autoridades competentes do poder executivo e legislativo para a criação dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação Escolar Indígena do Ceará;
- Propor ao CEE e governador de Estado, bem como aos CME e prefeitos municipais onde existem conselhos instituídos e escolas indígenas, o assento de um representante indígena nessas instâncias colegiadas, a partir da próxima gestão.
- Criar câmaras e/ou comissões específicas de educação escolar indígena nos conselhos de educação dos estados e municípios.

Responsáveis: OPRINCE e demais Organizações Indígenas; CEE; UNCME; SEDUC/CE; SEDUC/PI; SME; Assembleias Legislativas; Câmaras Municipais; MEC/SECADI; FUNAI.

9.4 Regularização das Escolas Indígenas no estado do Ceará.

Meta: Credenciamento de unidades escolares indígenas da rede pública de ensino e reconhecer os cursos ofertados, até o 2º. semestre de 2014.

Estratégia: Levantar junto ao CEE e CME de todas as pendências dos processos de credenciamento e reconhecimento encaminhados a essas instâncias, para a agilização da emissão dos respectivos pareceres.

Responsáveis: SEDUC/CE; SME; Conselhos Estadual e Municipais; Escolas e Organizações Indígenas.

9.5 Criar um setor de gestão/coordenação da Educação Escolar Indígena no âmbito das Secretarias Municipais de Educação de Caucaia e Maracanaú, e nos demais municípios onde estão localizadas escolas indígenas, priorizando em sua composição, representantes indígenas.

Meta: Implantação de um setor responsável pela educação escolar indígena e/ou garantir a presença de representante(s) indígena(s) nas equipes técnicas das SME de Caucaia e Maracanaú, até o final de 2014.

Estratégia: Mobilizar e sensibilizar das administrações municipais, com destaque para as SME Educação de Caucaia e Maracanaú, a fim de viabilizar a implantação de um setor responsável pela educação escolar indígena em suas estruturas organizacionais e/ou garantir a presença de representante(s) indígena(s) nas equipes técnicas das SME.

Responsáveis: Organizações Indígenas; SME; FUNAI.

10. Implantação de instrumentos e desenvolvimento de ações de controle social da educação escolar indígena

10.1 Criar Observatórios de Educação Escolar Indígena.

Meta: Apresentação de proposta de criação e implantação dos Observatórios de Educação Escolar Indígena pelas IES, até o final de 2015.

Estratégia: Mobilizar e sensibilizar das IES e instituições afins para a criação dos Observatórios de Educação Escolar Indígena.

Responsáveis: CAPES; SECADI/MEC; IES; Organizações Indígenas.

10.2 Ofertar cursos de formação continuada sobre gestão e avaliação de políticas de educação escolar indígena para a Comissão Gestora do TEE Potyrõ e membros dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

Meta: 100% dos membros da Comissão e dos Conselhos de Educação Estaduais e Municipais capacitados em gestão e avaliação de políticas públicas de educação escolar indígena até o 2º semestre de 2015, para contribuir com a implantação do Plano de Ação do TEE Potyrõ e monitorar sua implementação.

Estratégia: Elaborar proposta de formação da Comissão e membros dos Conselhos de Educação Estaduais e Municipais no 1º. semestre de 2015.

Responsáveis: MEC/SECADI; IES; Organizações Indígenas.

Os diagnósticos, realizados pelas Secretarias de Educação do Ceará e do Piauí, pela FUNAI e pelos representantes dos povos indígenas do TEE Potyrõ, que subsidiaram a elaboração das ações deste **Plano de Ação**, contemplaram as demandas das comunidades indígenas localizadas nos municípios de Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Bom Jesus, Brasileira, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Pedro II, Piripiri, Poranga, Queimada Nova, Quiterianópolis, São Benedito e Tamboril.

É importante destacar que as ações deste Plano foram planejadas a partir das realidades distintas da Educação Escolar Indígena nos estados do Ceará e do Piauí. A partir de sua implementação, o Território Etnoeducacional Potyrõ fomentará o desenvolvimento de ações em conjunto entre os estados e povos indígenas envolvidos.

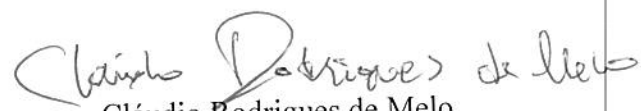
Todas as ações decorrentes das demandas apresentadas serão necessariamente desenvolvidas com a participação dos povos indígenas que integram o Território Etnoeducacional Potyrõ, com a intenção de garantir o direito à consulta livre, prévia e informada e o protagonismo indígena no desenvolvimento de políticas públicas para educação escolar indígena. Destaca-se, ainda, que a Comissão Gestora do TEE Potyrõ é responsável pela coordenação da implantação e implementação do Plano de Ação, em todas as suas dimensões.


Clélia Brandão Alvarenga Craveiro
Secretária Substituta da SECADI / Ministério da Educação


Paulo Fernando Barbosa da Silva – Coordenador Regional Nordeste II
Fundação Nacional do Índio – FUNAI

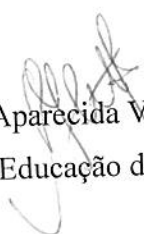

Maurício Holanda Maia
Secretário da Educação do Ceará

Edgar Linhares Lima
Presidente do Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE/CE


Cláudio Rodrigues de Melo
Secretaria de Educação e Cultura do Piauí

Eliana Maria Mendonça Sampaio
Presidente do Conselho Estadual de Educação do Piauí – CEE/PI


José Marcelo Farias Lima
Secretaria Municipal de Educação do Município Maracanaú


Maria Aparecida Vital
Secretaria Municipal de Educação do Município Caucaia

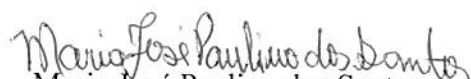
Jesualdo Pereira Farias
Reitor da Universidade Federal do Ceará – UFC

José Mendes Fonteles – Professor do Departamento de Psicologia
Universidade Federal do Ceará – UFC

José Jackson Coelho Sampaio
Reitor da Universidade Estadual do Ceará – UECE

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

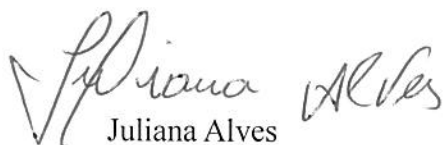
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI


Maria José Paulino dos Santos

Povo indígena Anacé

Francisco Maciel da Silva

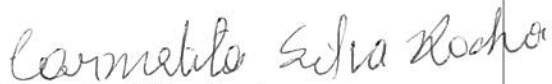
Povo indígena Gavião

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Juliana Alves', with a stylized initial 'J'.

Juliana Alves

Povo indígena Jenipapo Kanindé

Povo indígena Kalabaça

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carmelita Silva Rocha', with a stylized initial 'C'.

Carmelita Silva Rocha

Povo indígena Kanindé

Antônia Cristina Torres

Povo indígena Kariri

Antônia Cristina da Silva Sousa

Antônia Cristina da Silva Sousa

Povo indígena Pitaguary

Teresinha Pereira da Silva

Povo indígena Potyguara

Antônio Evangeldo Gomes Almeida

Antônio Evangeldo Gomes Almeida

Povo indígena Tabajara do Ceará

Leila Adriana de Sousa Lima

Leila Adriana de Sousa Lima

Povo indígena Tabajara do Piauí

Maria Iolanda de Oliveira Ambrosio

Maria Iolanda de Oliveira Ambrosio

Povo indígena Tapeba

Luana Gomes da Silva

Luana Gomes da Silva

Povo indígena Tapuia Kariri

Maria Kessiane da Silva Costa

Maria Kessiane da Silva Costa

Povo indígena Tremembé

Anita Sousa Moraes

Anita Sousa Moraes

Povo indígena Tubiba Tapuia

Povo indígena Tupinambá

Jeová Silva Ferreira

Jeová Silva Ferreira

Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE

Jorge Tabajara

Jorge Tabajara

Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do Ceará – COPICE



Weibe Tapeba

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo –
APOINME



Rosa da Silva Sousa

Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE

Francisco das Chagas Dias Pereira

Associação Indígena Itacoatiara de Piripiri – Piauí

Lucas Guerra Carvalho de Almeida – Advogado

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH



Sérgio Teles Brissac

Ministério Público Federal